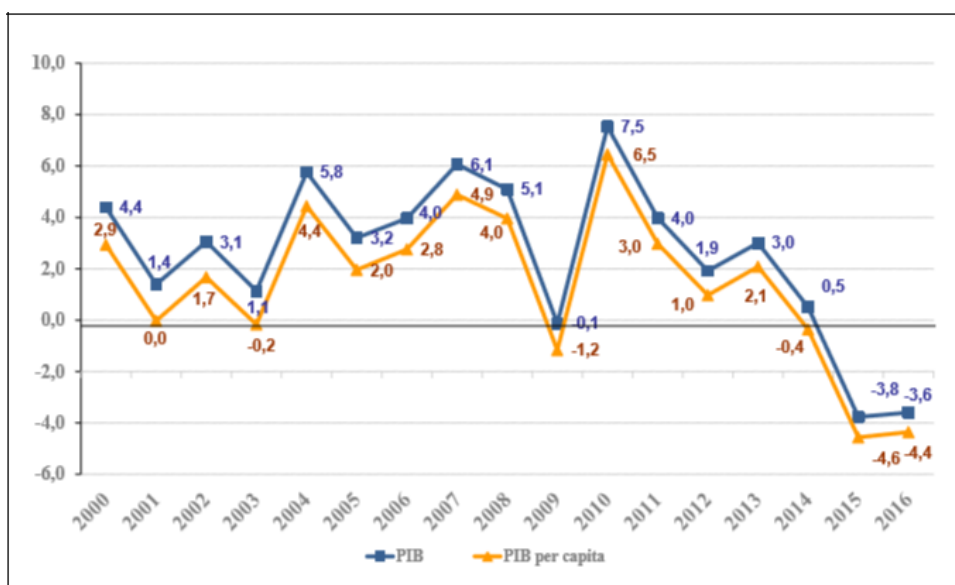


PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM – PPA 2018-2021
I - CONTEXTO ECONÔMICO
BRASIL

A economia brasileira vem passando por um período de grave crise, vivenciando estagnação econômica, com dois anos consecutivos de diminuição do Produto Interno Bruto (PIB), elevado déficit fiscal e por consequência, queda nos investimentos, aumento do desemprego, queda no consumo, aumento da extrema pobreza, além da instabilidade política e crise de confiança no governo.

Gráfico 1 – Evolução do PIB e PIB per capita (%)


Fonte: IBGE

Conforme mostra o Gráfico 1, durante o período de 2003 a 2008, observou-se um contexto positivo na economia, ancorado na expansão da economia mundial e valendo-se também da superação de vários entraves de política econômica havida nos anos de 1990. Entretanto, em 2009, ocorreu uma queda abrupta do PIB, decorrente da crise financeira global de 2008, que impactou negativamente a economia brasileira. A recuperação observada em 2010 e 2011, evidenciada por taxas significativas de crescimento do PIB, não foi sustentável, iniciando-se, a partir de 2012 /2013, forte redução do ritmo de crescimento e entrando em recessão a partir de 2014. Assim, em 2015 e 2016, o cenário econômico se tornou instável e preocupante, com o crescimento negativo do PIB de -3,8% e -3,6% respectivamente.

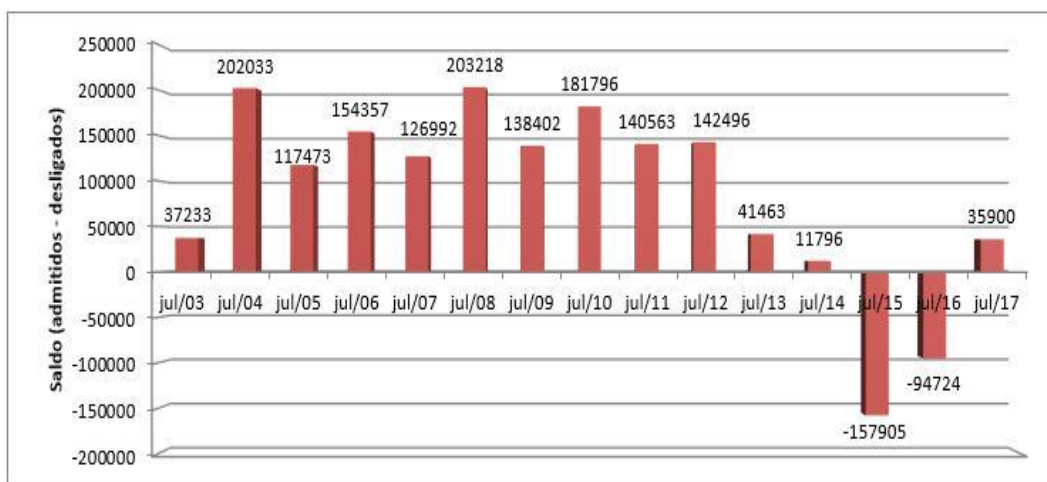
Neste período de crescimento e estabilidade econômica (2003 a 2010, apesar da queda em 2009), o País passou por uma série de avanços, com o crescimento dos investimentos, a diminuição das taxas de desemprego, a redução da informalidade e o aumento do rendimento médio real, a diminuição do grau de concentração de renda e da extrema pobreza, além da ampliação do mercado consumidor, tendo sido mantido, durante este período, o tripé econômico: metas de inflação, regime de câmbio flutuante e ajuste fiscal.

Conforme já observado, a partir de 2011, o País passou a vivenciar uma desaceleração do crescimento econômico e tendência à desarticulação política, entrando em recessão em 2015, devido a dificuldades na gestão macroeconômica e fiscal, relacionados à alta do índice inflacionário, que provocou

a elevação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Também ocorreu queda no consumo das famílias, redução dos investimentos, dificuldade em adquirir o superávit primário, além de sofrer consequências negativas decorrentes do fraco desempenho da economia mundial e das dificuldades de se adaptar a esse cenário de incertezas. A desaceleração econômica que ocorreu na China e Índia impactou o crescimento das exportações brasileiras, contribuindo ainda mais para a crise no País.

Em relação ao mercado de trabalho, observa-se pelo gráfico 2 e tabela 1, que houve uma queda abrupta na geração de emprego a partir de 2013, havendo uma recuperação em julho de 2017, com a geração de 35.900 empregos, revelando uma desaceleração do desemprego no País. O setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) foi o que registrou a maior queda no emprego, com perda de 1.125 postos (-0,27). O resultado positivo deste período foi impulsionado principalmente pelo setor de Indústria de Transformação, que contribuiu em termos absolutos com o saldo de 12.594 empregos.

Gráfico 2 - Evolução do emprego formal (Julhos de 2003 a 2017)



Fonte: Caged, Lei 4.923/65

Tabela 1- Comportamento do emprego segundo Setores de Atividade Econômica

Setores de Atividade Econômica	Saldo de Julho de 2017	
	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Extrativa Mineral	-224	-0,12
Indústria de Transformação	12.594	0,17
Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP	-1.125	-0,27
Construção Civil	724	0,03
Comércio	10.156	0,11
Serviços	7.714	0,05
Administração Pública	-994	-0,11
Agropecuária	7.055	0,43
Total	35.900	0,09

Fonte: Caged, Lei 4.923/65

Acrescenta-se, por outro lado, que o País ainda se vê mergulhado em gravíssima crise fiscal, com um déficit primário na casa dos R\$16,1 bilhões no mês de julho e no acumulado em doze meses até julho, um déficit primário de R\$170,5 bilhões, afetando não só a União, mas também os estados e municípios. Tal situação tem exigido reformas profundas e difíceis, difíceis de serem viabilizadas, num cenário com grandes dificuldades políticas.

Percebe-se que o Brasil passa por um período de desafios e de mudanças, sendo necessária, neste

momento de crise, o fortalecimento de suas instituições, além de readquirir a credibilidade e confiança no Governo. Dessa forma, é importante a readequação das contas públicas e a recuperação da capacidade de investimentos, de forma a impulsionar o País no cenário internacional.

É importante ressaltar, entretanto, que, nas últimas semanas têm sido observados indicadores relativamente positivos para a economia brasileira. De modo geral, as instituições financeiras se apresentam otimistas em relação ao crescimento da economia brasileira em 2017 e 2018. De acordo com os dados divulgados pelo Boletim Focus do Banco Central, a projeção do PIB para o ano de 2017 subiu de 0,50% para 0,60% e em 2018; a estimativa do crescimento subiu de 2% para 2,10%, em um contexto de queda da inflação e dos juros. Esta projeção positiva foi resultado do avanço da economia no segundo trimestre do ano, consequente do significativo aumento do consumo das famílias.

Também em nível mundial, as perspectivas são relativamente favoráveis, com tendência ao crescimento. O relatório Situação Econômica Mundial e Perspectivas 2017 divulgado pela ONU indicou que a economia mundial expandiu 2,2% em 2016, a mais baixa taxa de crescimento desde a grande recessão global de 2009, mas estima-se que o PIB mundial aumente 2,7% em 2017 e 2,9% em 2018, refletindo desta forma, uma estabilização da economia.

Contudo, é importante salientar, que, caso a economia brasileira continue sem reformas, seria improvável a sua recuperação e um ritmo de crescimento sustentável, sendo que a previsão é que apenas em 2022 se atinja o PIB per capita pré-crise. A crise política, infelizmente, tem retardado essas discussões. Entre as reformas necessárias, destaca-se a importância da reforma da Previdência, que tem como objetivo impedir o crescimento exponencial dos gastos previdenciários, já que em 2017, essas despesas devem alcançar cerca de 10% do PIB. Outra importante reforma é a trabalhista, já aprovada, que possibilitará a redução de custos para as empresas, acordos mais satisfatórios entre empregados e empregadores, gerando segurança jurídica, reaquecimento do mercado de trabalho e melhoria na competitividade das empresas.

MINAS GERAIS

Minas Gerais detém o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, ficando atrás dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Sua contribuição para o PIB nacional é de 9,1% e no âmbito da Região Sudeste, sua participação é de 16%. Os principais setores responsáveis pela composição do PIB mineiro são: agropecuária 8,4%, indústria 31,9% e serviços 59,7%.

Assim como ocorre em âmbito nacional, a crise econômica acompanhada de déficit fiscal e grande instabilidade política em todo o País, acabou influenciando significativamente a economia mineira. O que se viu no Estado nos últimos anos foi uma forte retração do PIB, o aumento no número de desempregados, a queda no consumo das famílias e também problemas graves nas contas públicas.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais atingiu R\$ 516,6 bilhões em 2014 (IBGE), equivalendo a 8,9% do PIB nacional, ante 9,2% em 2012 e 2013 respectivamente, período no qual houve a valorização do minério de ferro no mercado internacional, principal produto da pauta de exportações. Salienta-se que a economia estadual registrou desempenho inferior à do País no triênio 2013-15¹, comovida pela desaceleração da produção industrial, incluindo o segmento de eletricidade e saneamento.

Em 2016, os valores agregados de Minas Gerais e do Brasil registraram recuos respectivos de 2,6% e 3,6%, destacando-se que o desempenho menos desfavorável em âmbito estadual refletiu o maior dinamismo da agricultura no Estado do que no País. A retração da economia mineira em 2016 foi consequência da desaceleração do nível de atividade econômica do Estado, entretanto, vale ressaltar que foi um resultado positivo se comparado ao observado em 2015, onde a retração foi de 4,3%.

¹ O PIB do Estado variou 0,5% em 2013, - 0,7% em 2014 e -4,3% em 2015, e o PIB do País, 3,0%, 0,5% e -3,7%, respectivamente (IBGE e Fundação João Pinheiro).

Conforme a Tabela 1, verifica-se que o setor industrial continuou em retração, devido à queda na fabricação de fumo, fraco desempenho da indústria metalúrgica e redução na produção de bens de capital e duráveis, já o setor de serviços obteve uma desaceleração em seu ritmo de queda, devido às retrações nas margens de comércio e de transporte que se apresentaram menores do que em 2015.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto e Valor Adicionado (1) – Taxas de variação anual na série sem ajuste sazonal – Minas Gerais e Brasil – 2010-2016 (%)

Minas Gerais							
Agregados Macroeconômicos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	9,1	2,5	3,3	0,5	-0,7	-4,3	-2,6
VA	8,6	2,3	3,1	0,4	-0,8	-4,1	-2,7
Agropecuária	11,3	-0,8	17,7	-0,2	-5,7	-0,5	6,6
Indústria	13,8	2,6	0,0	-1,6	-2,9	-7,8	-6,0
Extrativa Mineral	39,1	2,0	-0,4	-5,5	1,7	0,5	-11,2
Transformação	15,2	0,9	-1,9	-0,2	-5,0	-11,1	-5,5
Construção Civil	10,6	6,3	3,8	3,9	-2,2	-7,8	-8,9
Energia e Saneamento	2,4	4,7	0,9	-11,6	-7,7	-10,6	7,7
Serviços	5,9	2,4	3,1	1,4	0,6	-2,8	-2,1
Comércio	11,3	4,3	0,0	0,0	2,0	-7,9	-5,4
Transporte	13,4	4,2	-0,8	1,9	1,3	-5,8	-3,9
Administração Pública	2,7	1,9	1,0	2,0	-0,3	-0,1	-0,1
Outros Serviços (2)	4,5	1,7	6,2	1,7	0,3	-1,9	-3,1
Brasil							
Agregados Macroeconômicos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,8	-3,6
VA	7,0	3,7	1,6	2,9	0,5	-3,2	-3,1
Agropecuária	6,7	5,6	-3,1	8,4	2,8	3,6	-6,6
Indústria	10,2	4,1	-0,7	2,2	-1,5	-6,3	-3,8
Extrativa Mineral	14,9	3,5	-1,9	-3,2	9,1	4,8	-2,9
Transformação	9,2	2,2	-2,4	3,0	-4,7	-10,4	-5,2
Construção Civil	13,1	8,2	3,2	4,5	-2,1	-6,5	-5,2
Energia e Saneamento	6,3	5,6	0,7	1,6	-1,9	-1,5	4,7
Serviços	5,8	3,5	2,9	2,8	1,0	-2,7	-2,7
Comércio	11,1	2,3	2,4	3,4	0,6	-8,7	-6,3
Transporte	11,2	4,3	2,0	2,6	1,5	-6,6	-7,1
Administração Pública	2,2	1,9	1,3	2,2	0,1	-0,1	-0,1
Outros Serviços (2)	5,0	4,5	3,9	2,8	1,5	-1,1	-2,2

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) – Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Contas Nacionais Trimestrais

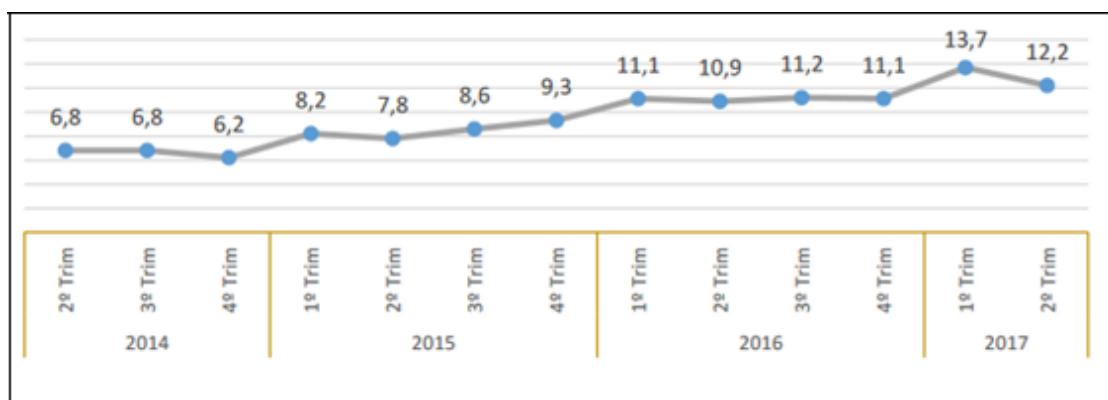
Segundo os dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) o Estado de Minas Gerais possui cerca de 1,2 milhões de desempregados. A desocupação no Estado mineiro é maior do que a média registrada no Brasil neste primeiro trimestre de 2016, obtendo a taxa chegou de 11,1% e no país de 10,9% no mesmo período.

O gráfico 1 retrata que a taxa de desocupação em Minas Gerais – estimada em 12,2%, apresentou no segundo trimestre de 2017 uma variação de -1,5p.p., mas em relação ao mesmo período do ano anterior, aumentou em 1,2p.p. Em uma análise anual é possível perceber que nos anos de 2014 a 2017 as variações são pequenas, no entanto as taxas de desocupação permaneceram altas, demonstrando que a crise instalada no país tem grande impacto em relação ao desemprego.

Em consequência, a alta taxa de desocupação e de distribuição de renda também ficaram prejudicadas, uma vez que a porcentagem da população que ainda se encontra no mercado de trabalho

tem ganhado menos do que outros trabalhadores de demais regiões do país. Os números do IBGE apontam que o rendimento estimado foi de R\$1,747 mil no primeiro trimestre deste ano, uma queda de 3,7% se comparada com o mesmo período no ano passado.

Gráfico 3 - Taxa de desocupação



Fonte: PNAD

A recessão vivida pela economia brasileira nos anos de 2015 e 2016 contribuiu de forma significativa para a instabilidade das contas públicas estaduais. Segundo a Tabela 2, no ano de 2016 os resultados fiscais do governo mineiro foram deficitários. As receitas fecharam o ano com R\$83,97 bilhões contra R\$ 88,13 bilhões das despesas, obtendo resultado negativo de R\$ 4,16 milhões (SEF/MG).

As contas públicas foram deficitárias de 2013 a 2016 (SEF/MG), em virtude da grave crise que atinge não somente o estado, mas também os entes federados e a União, portanto o Governo passou a investir em instrumentos e mecanismos que ampliem a arrecadação das receitas e diminuam as despesas.

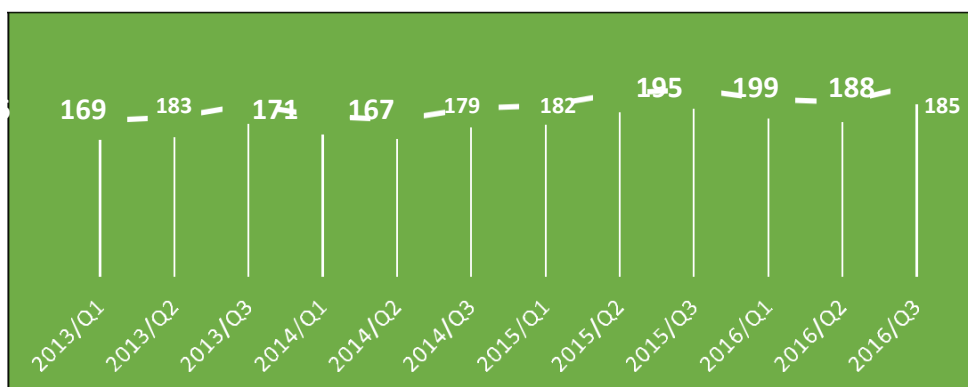
Tabela 3 – Evolução do Resultado Orçamentário (valores correntes) do Governo de Minas Gerais – 2006/2016

(R\$ milhões)			
ANO	RECEITA	DESPESA	RESULTADO
2006	29.100	29.019	81
2007	32.633	32.443	190
2008	39.923	39.299	624
2009	40.563	40.263	299
2010	46.618	46.051	567
2011	54.844	54.694	151
2012	65.249	63.172	2.076
2013	70.958	71.907	-948
2014	73.347	75.513	-2.165
2015	76.155	85.119	-8.964
2016	83.966	88.129	-4.163

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG)

Em relação à dívida consolidada líquida (DCL), ela atingiu R\$ 109,12 bilhões no terceiro quadrimestre de 2016, sendo que no quadrimestre anterior, a cifra havia atingido R\$ 100,76 bilhões. No que concerne à relação entre a dívida consolidada líquida e à receita corrente líquida (DCL/RCL), Minas Gerais obteve, no terceiro quadrimestre de 2016 a DCL como 203 pontos percentuais da RCL, sendo que no quadrimestre anterior o indicador havia atingido 185.

**Gráfico 4 - Evolução da relação dívida consolidada líquida sobre receita corrente líquida - Minas gerais
- 1º quadrimestre/2013 - 3º quadrimestre/2016**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF)

A forte retração da economia brasileira em 2015 e 2016, fez reduzir o crescimento mineiro, diminuindo dessa forma, as receitas do Estado. Nesse período, a tentativa em diminuir as despesas estaduais foram um grande desafio, pois grande parte dos Estados ficaram com resultados expressivos de endividamento, sendo que Minas Gerais e Rio Grande do Sul destacaram-se no ranking de endividamento separado por estado.

Destaca-se que a contenção de gastos está atrelada à retomada do crescimento econômico, pois a principal maneira de aumentar as receitas seria pelo recolhimento do ICMS, porém devido à crise, essa arrecadação diminuiu de forma expressiva, prejudicando assim as receitas dos Estados e deixando o saldo final negativo. Apesar do contexto econômico não ser atrativo, verifica-se sinais de recuperação, havendo dessa forma, uma grande busca e necessidade de posicionar as contas públicas em equilíbrio.

MUNICÍPIO DE CONTAGEM

Contagem é a terceira cidade mais populosa do Estado de Minas Gerais, com uma população estimada em 658.580 habitantes² o que faz dela a segunda maior cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A cidade está localizada em local logisticamente privilegiado, é atravessada por três rodovias federais e rodovias estaduais, bem como pelo transporte ferroviário Centro Atlântica, de forma que se caracteriza como um importante polo logístico mineiro.

Com um PIB em torno de 26,3 bilhões em 2014, Contagem ocupa a também a 3ª posição entre os municípios mineiros e a 27ª no país. Mas, quanto se considera o PIB per capita, de R\$ 40.833,12, sua posição é relativamente desfavorável no contexto da economia mineira: é o 37º no Estado. Esforços na revitalização e crescimento de sua economia são, portanto, fundamentais para se almejar a melhoria deste indicador, valendo-se da base já instalada, da localização estratégica da cidade e das potencialidades já detectadas em vários setores.

Dentro desse contexto econômico, o setor de serviços destaca-se como a maior parcela do PIB, com 60,6% do total do município, seguido pela indústria com 29,4%. Já em relação à concentração de empregos formais, o setor de serviços e comércio são os que mais apresentam empregabilidade, representando 31,05% e 30,77% respectivamente. A Construção Civil e Administração pública representam cerca de 6% da fatia de empregos formais, já os setores que demonstram menor representatividade são os de serviços industriais de utilidade pública e extrativa mineral com menos de

² Estimativa IBGE de 2017

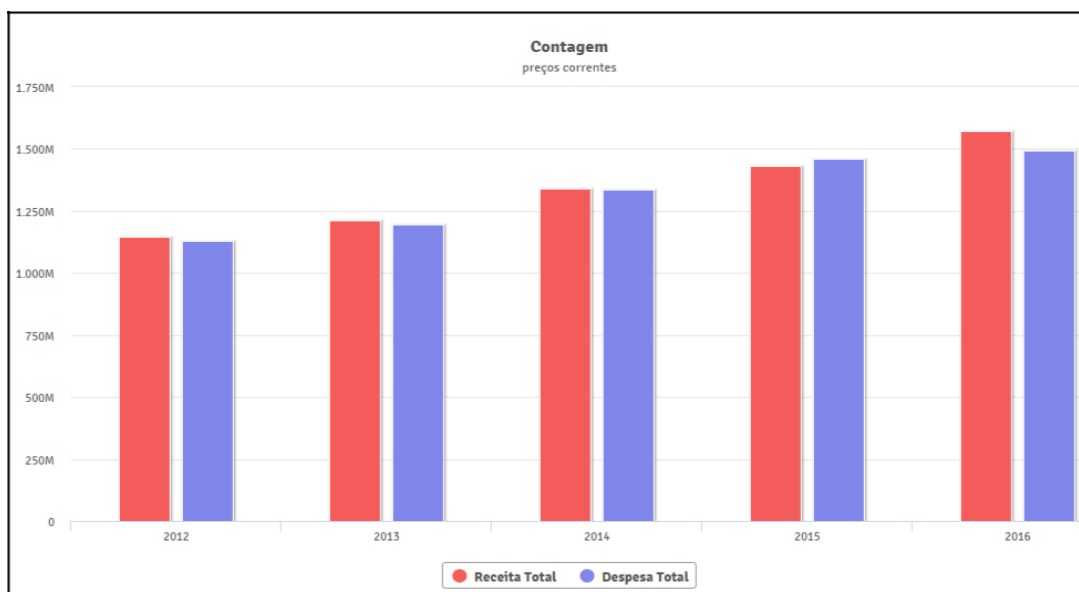
1%. (Informações do IBGE -2014).

A atual crise econômica levou a uma retração no número de empregos, principalmente a partir de 2015, quando o número de empregos caiu cerca de 5% em relação ao ano anterior, acompanhando um movimento de retração do PIB. O município de Contagem atingiu cerca de 199.824 vínculos empregatícios efetivos³, contra a média de 200.453 de outros municípios similares, ou seja, Contagem apresentou vínculos empregatícios menores, sendo que as principais ocupações estão concentradas no setor de serviços.

Em 2015, o salário médio mensal era de 2,6 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 34% (IBGE); comparando com outros 853 municípios, Contagem se encontra na posição 41. Em relação aos rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, cerca de 30,5% da população se encontra nesta situação.

Em relação ao equilíbrio fiscal do município, é possível verificar pelo gráfico 1, que tanto a receita quanto a despesa cresceram de forma equilibrada, sendo que, nos anos de 2012 e 2013, as receitas foram maiores que as despesas, tendo sido alcançado superávit. Em 2015, o resultado foi o oposto, o saldo foi deficitário, pois as despesas foram superiores à receita; já em 2016 o município se recuperou, uma vez que o saldo final se mostrou superavitário.

Gráfico 5 – Receita e despesa municipal- 2012-2016



Elaborada com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(-) dados não disponíveis.

Pela análise dos indicadores sociais, verifica-se que Contagem tem evoluído em vários aspectos, como a redução da extrema pobreza, que caiu de 13,94% em 2000 para 4,81% em 2010. A mortalidade infantil, por sua vez, também vem caindo consideravelmente nos últimos anos: entre 2000 e 2016, o número de crianças que não sobreviveram ao primeiro ano de vida caiu de 28 a cada mil nascidos vivos para 10 crianças a cada mil nascidos vivos em 2016.

Pelos dados do IDEB 2015, Contagem ainda não alcançou a meta nos anos iniciais do ensino fundamental, com nota 5,8, enquanto a meta é 6,0. Já nos anos finais do ensino fundamental, obteve nota 4,6, enquanto a meta é 4,9. Para além dos índices do IDEB, um dado que chama a atenção por estar na

³ De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS),

contramão da tendência estadual e nacional, é a expectativa de anos de estudo. Enquanto Minas Gerais e o Brasil apresentam uma tendência de aumento no número de anos de estudo, em Contagem a média caiu de 9,9 anos para 9,5 anos entre 2000 e 2010. Se faz necessário, assim, atrair os jovens às escolas, motivando-os de forma a concluir o período escolar, o que reflete diretamente na entrada no mercado de trabalho e na renda dos cidadãos.

Os aspectos ligados ao trabalho e renda demonstram que, entre 2000 e 2010, houve um aumento no número de trabalhadores formais no Município, o que representa um número maior de pessoas com direitos trabalhistas e recolhimento de impostos. Nesse mesmo período, a População Economicamente Ativa (PEA) aumentou de pouco mais de 250 mil para quase 320 mil habitantes, bem como o percentual de empregados com carteira assinada subiu de 51,7% para 61,2%, o que proporciona maior dinamismo e volume nas transações municipais, potencializando o comércio e o setor de serviços.

Considerando indicadores como expectativa de vida ao nascer e acesso a serviços de saúde, educação e renda, o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Contagem ficou em 0,756, superior à média do Estado que foi de 0,731⁴. Neste patamar o município está classificado como de “alto desenvolvimento humano”, sendo o 27º do ranking dos municípios mineiros ou o 392º entre os municípios brasileiros. Ou seja, há claramente uma indicação de busca da melhoria do nosso IDH-M

Em síntese, a crise econômica nacional tem influenciado diretamente a economia municipal, que, além do mais, não conseguiu se modernizar e se preparar para as dificuldades enfrentadas, de modo que diversas empresas deixaram o município nos últimos anos, causando aumento no desemprego e redução na renda dos cidadãos.

Logo, são fundamentais políticas voltadas para a atração de empreendimentos, dando um novo impulso à economia municipal, principalmente pelo aumento do consumo das famílias, queda no desemprego, o que gera receitas para o município e permite maiores investimentos em áreas estratégicas como segurança, educação e saúde.

II - PRIORIDADES E DIRETRIZES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As prioridades que orientarão o Plano Plurianual para o período de 2020 e as ações da administração pública municipal, visando a boa governança e a viabilidade financeira do Município, respeitadas as disposições constitucionais e legais, observarão as seguintes diretrizes, definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei Nº 5.017, de 01 de agosto de 2019):

1 - Eficiência na gestão e melhoria na qualidade dos serviços públicos de saúde, garantindo a oferta e ampliação de serviços, humanização do atendimento, fortalecimento da atenção básica e especializada, valorização dos profissionais de saúde; proporcionar aos usuários e servidores ambientes salubres com a manutenção das unidades existentes e construção de unidades básicas de saúde próprias; ampliação da rede de urgência com ampliação de serviços e construção das novas Unidades de Pronto Atendimento – UPA – Industrial, Ressaca e Petrolândia; e fomento às Organizações da Sociedade Civil – OSC – do Município que atuam nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

2 - Desenvolvimento do sistema educacional, com foco na melhoria da qualidade do ensino, na obtenção de melhores resultados em relação aos indicadores de avaliação do aprendizado, na universalização do ensino fundamental, na expansão do ensino infantil, na infraestrutura dos prédios escolares e na valorização dos profissionais da educação, incluindo parcerias público-privadas visando à melhoria da gestão e da oferta de vagas na rede escolar;

3 - Ações de prevenção e combate à violência, com vistas à redução de crimes violentos, com foco nos jovens e adolescentes e no feminicídio; continuidade na implantação do programa de

⁴ Pnud/FJP/IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013.

videomonitoramento da cidade em vias públicas e próprios públicos, como forma de levar ao cidadão a percepção de melhoria na qualidade da segurança pública; desenvolvimento de ações de prevenção; tratamento e reinserção social das pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas;

4 - Unificação de ações entre os principais órgãos de segurança, estabelecendo intercâmbio com diversos setores sociais;

5 - Fortalecimento da política habitacional de interesse social, com viabilização de novas moradias, redução das áreas de risco e regularização urbanística;

6 - Atração e manutenção de empreendimentos econômicos, compreendendo o incentivo à modernização e renovação industrial do Município, o fomento à pesquisa, à tecnologia e à inovação, o desenvolvimento da logística, e a reestruturação da gestão dos distritos industriais;

7 - Aumento na geração do trabalho e renda, com o incentivo aos micros e pequenos empreendimentos; estimular e ampliar os empreendimentos de economia solidária, de modo a garantir no mínimo 1 (um) empreendimento fixo em cada administração regional da cidade e a promoção de cursos profissionalizantes;

8 - Consolidação da sustentabilidade ambiental, em integração com o desenvolvimento econômico;

9 - Ações de mobilidade urbana e modernização do transporte coletivo, com segurança no trânsito, conforto e redução de acidentes; minimização dos impactos ambientais com a implantação de ciclovias e a readequação de passeios públicos que garantam a ampla acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida;

10 - Adoção de sistemas interligados de transporte com sistemas de monitoramento, oferecendo espaços públicos seguros para os pedestres;

11 - Utilização adequada dos bens naturais, garantindo um ambiente urbano seguro, limpo e sustentável;

12 - Oferta de serviços e equipamentos de assistência social e promoção de ações de direitos humanos por meio da prevenção, reparação e restauração de direitos nos diversos segmentos sociais;

13 - Promoção, apoio e incentivo às atividades culturais; valorização do patrimônio histórico e cultural; recuperação e revitalização de espaços públicos, como a Casa de Cacos, o Cine Teatro Municipal e a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira, dentre outros;

14 - Promoção, apoio e incentivo às atividades esportivas, recreativas e de lazer; e

15 - Promoção da proteção integral à criança e ao adolescente, conforme Plano de Ação 2019 publicado no Diário Oficial do Município em 7 de maio de 2018.

16 - Busca de mecanismos de ajustes com relação à carga tributária, para que haja mais justiça social;

17 - Busca da elevação imediata, substancial e permanente das receitas públicas, sobretudo das receitas próprias;

18 - Ampliação e diversificação de outras fontes de receita, sobretudo as de menor custo;

19 - Aperfeiçoamento do sistema de arrecadação tributária, com maior eficiência para a Administração Municipal e para os contribuintes;

20 - Modernização e aprimoramento dos instrumentos de planejamento e controle da execução orçamentária e financeira;

21 - Planejamento e alocação de recursos para a execução orçamentária e financeira, considerando o contexto socioeconômico nacional e internacional;

22 - Aplicação de recursos conforme metas e diretrizes de planejamento estabelecidas no Plano Plurianual – PPA – e no Plano Estratégico de Longo Prazo, aprimorando os mecanismos de controle e transparência;

23 - Modernização institucional, revisão de processos e sistemas, racionalização dos gastos, e otimização dos custos e capacitação de servidores; e

24 - Gestão de tecnologia da informação, comunicação e inovação para a melhoria e ampliação da oferta e qualidade de serviços prestados ao cidadão.

III - DIRETRIZES GERAIS PARA O PPA 2018-2021

Para a elaboração do PPA 2018-2021, foram consideradas as diretrizes abaixo definidas, bem como a organização dos programas em eixos de desenvolvimento.

- 1 - Conter um conjunto de Programas coerente com o “Plano Estratégico Contagem 2030”, agrupados por Eixos de Desenvolvimento;
- 2 - Definir, dentro dos eixos de desenvolvimento, a estrutura programática dos projetos estratégicos, ações, metas, prioridades e resultados esperados;
- 3 - Alocação de recursos conforme as projeções de receita, despesas e compromissos pactuados de responsabilidade fiscal;
- 4 - Definir os órgãos responsáveis por cada programa, inclusive nos casos de transversalidade, e o gerente responsável pela execução dele;
- 5 - Gestão efetiva das ações e metas – controle da execução física e financeira, com monitoramento, solução de restrições, avaliação periódica de resultados e revisões.

IV - PROGRAMAS POR EIXO DE DESENVOLVIMENTO

Os eixos de desenvolvimento estabelecidos no Plano Plurianual 2018 – 2021, representam as premissas básicas a serem incorporadas em todas as ações e decisões tomadas no poder público municipal. A seguir, serão apresentadas as diretrizes pactuadas nesse documento.

VIDA SAUDÁVEL: Transformar Contagem em uma cidade mais saudável, proporcionando maior acesso aos sistemas de saúde, de prevenção e proteção ao bem-estar, atuando para que a vida urbana seja mais ativa e diversificada culturalmente. Programas:

- Gestão e modernização administrativa
- Preservação do patrimônio e da memória
- Contagem cultural
- Cuidar de Contagem
- Desenvolvimento da atenção ambulatorial básica e especializada em saúde
- Reorganização e qualificação dos cuidados de urgência e de emergência na saúde
- PARTICIPASUS: aprimoramento do controle e da participação social na saúde
- SUS alerta: a vigilância em saúde dinâmica e resolutiva
- Contagem livre das drogas
- Plataforma de esportes em Contagem

- Comunicação e Publicidade Institucional
- Gestão do SUAS

VIDA SEGURA: Assegurar que todos os contagenses se sintam seguros e protegidos de qualquer tipo de ameaça, possibilitando que os mesmos utilizem integralmente e a qualquer momento os espaços públicos. Programas:

- Gestão e Modernização Administrativa
- Contagem vigilante
- Proteção e defesa civil
- Manutenção e ampliação das ações da Guarda Civil de Contagem
- Prevenção à violência e ao uso abusivo de álcool e outras drogas
- Contagem livre de Drogas

NOVA EDUCAÇÃO: Oferecer uma educação universal e cidadã, de alto desempenho e inclusiva, que empodere crianças e jovens através do conhecimento, atingindo os melhores índices de aprendizado. Programas:

- Gestão e Modernização Administrativa
- Cidade nota 10
- Gestão e operacionalização da política educacional
- Gestão de ensino da FUNEC
- Programa Municipal de educação fiscal

PROTEÇÃO SOCIAL: Promover a inclusão social de forma a transformar Contagem em uma cidade inclusiva e igualitária, eliminando todas as formas de desnutrição, e de discriminação e preconceito, promovendo o acesso universal às políticas sociais. Programas:

- Gestão e Modernização Administrativa
- Promoção e defesa dos direitos humanos
- Contagem melhor e mais justa
- Contagem é meu lar
- Proteção social básica e especial, inclusão produtiva e integração ao mundo de trabalho
- Gestão do SUAS
- PROCON Contagem
- Promoção e proteção de políticas para a criança e adolescente
- Segurança alimentar, nutricional e abastecimento

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANIZAÇÃO: Transformar Contagem em uma cidade voltada para a sustentabilidade, organizada, arborizada, com ar e água de qualidade, que evite o desperdício e reduza a poluição. Programas:

- Gestão e Modernização Administrativa
- Manutenção da infraestrutura e limpeza urbana

- Obras de infraestrutura
- Conexão urbana
- Contagem das nascentes
- Fiscalização ambiental e preventiva
- Plantando ideias
- Cidade verde
- Fortalecimento da gestão e do planejamento urbano
- Alvará na hora
- Regulação urbana digital
- Preservação, conservação e desenvolvimento de parques, praças e jardins
- Preservação, conservação de áreas verdes e arborização urbana em áreas públicas municipais
- Criação do parque municipal nascentes do Sarandí

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL: Tornar a mobilidade de Contagem mais sustentável, acessível, segura e conectada, aprimorando o transporte público, integrando áreas urbanas e reduzindo os custos ambientais, econômicos e de saúde causados pelos transportes individuais motorizados. Programas:

- Gestão e Modernização Administrativa
- Sistema integrado de mobilidade – SIM
- Contagem conectada
- Contagem interligada
- Gestão do sistema viário e trânsito
- Mobilidade urbana

INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE: Tornar Contagem uma cidade próspera, empreendedora, inteligente e inovadora, que atraia mais investimentos, através de tecnologia agregada às empresas, do pleno emprego e de cidadãos capacitados e competitivos no mercado de trabalho. Programas:

- Gestão e Modernização Administrativa
- Atração e Investimentos e Promoção da Competitividade
- Geração de emprego, trabalho, renda e qualificação profissional
- Atendimento ao trabalhador

GOVERNANÇA INTEGRADA: Tornar o Poder Público Municipal cada vez mais resolutivo e eficiente na execução das políticas públicas, transparente e com alto nível de responsabilidade quanto às finanças públicas.

- Gestão e Modernização Administrativa
- Gestão do Fundo da Procuradoria Geral
- Encargos Gerais do Município
- Governo Aberto
- Modernização da Administração Fazendária
- Modernização e Profissionalização do Serviço Público
- Estrutura Física e Tecnológica do DEGP
- Gestão da Vida Funcional e Financeira do Servidor
- Servidor em Foco

- Gestão Previdenciária
- Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas e Concessões
- Apoio às Ações do Poder Legislativo
- Modernização do Parque Tecnológico da Administração Pública
- Governança, Gestão e Manutenção da Infraestrutura de TI na Administração Municipal
- Modernização e Inovação da Gestão Municipal
- Gestão dos Dados Espaciais do Município
- Comunicação e Publicidade Institucional
- Promoção e Apoio a Eventos
- Recuperação de Ativos - Securitização/FECON
- Reserva de Contingência

V - PROJETOS ESTRATÉGICOS

Entre os diversos programas que compõem os eixos estratégicos, destacam-se 15, considerados prioritários, por sintetizarem os compromissos assumidos com a população durante a campanha de 2016, assegurando as transformações que o Município necessita.

- 1 - Atração de Investimentos e Promoção da Competitividade
- 2 - Cidade Nota 10
- 3 - Cidade Verde
- 4 - Contagem Conectada
- 5 - Contagem é meu Lar
- 6 - Contagem Interligada
- 7 - Contagem Livre das Drogas
- 8 - Contagem Melhor e Mais Justa
- 9 - Contagem para Todos
- 10 - Contagem Vigilante
- 11 - Cuidar de Contagem
- 12 - Governo Aberto
- 13 - Servidor em Foco
- 14 - Sistema Integrado de Mobilidade
- 15 - Vargem das Flores Sustentável

VI - PROGRAMAS POR ÓRGÃO RESPONSÁVEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Cuidar de Contagem
- Gestão e Modernização Administrativa
- Desenvolvimento da atenção ambulatorial básica e especializada em saúde
- Reorganização e qualificação dos cuidados de urgência e de emergência na saúde
- PARTICIPASUS: Aprimoramento do controle e da participação social na saúde
- SUS ALERTA: Vigilância em saúde dinâmica e resolutiva

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Cidade nota 10
- Gestão e Modernização Administrativa
- Gestão e Operacionalização da Política Educacional
- Gestão de Ensino da Funec

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL

- Contagem vigilante
- Gestão e Modernização Administrativa
- Prevenção à violência e ao uso abusivo de álcool e outras drogas
- Proteção e defesa civil

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Contagem melhor e mais justa
- Contagem Livre de Drogas
- Contagem é Meu Lar
- Gestão e Modernização Administrativa
- Gestão do SUAS
- Promoção e proteção de políticas para a criança e adolescente
- Contagem é meu lar
- Proteção social básica e especial, inclusão produtiva e integração ao mundo de trabalho
- Segurança alimentar, nutricional e abastecimento

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE

- Plataforma de esportes em Contagem
- Gestão e Modernização Administrativa
- Seleções do futuro
- Preservação do patrimônio e da memória
- Contagem cultural

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

- Contagem para todos
- Gestão e Modernização Administrativa
- Promoção e defesa dos direitos humanos
- PROCON Contagem

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Cidade verde
- Gestão e Modernização Administrativa
- Plantando ideias
- Fiscalização ambiental e preventiva
- Contagem das nascentes
- Conexão urbana
- Criação do Parque Municipal Nascentes do Sarandí
- Preservação, conservação e desenvolvimento de parques, praças e jardins
- Preservação, conservação de áreas verdes e arborização urbana em áreas públicas municipais

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

- Manutenção da infraestrutura e limpeza urbana
- Gestão e Modernização Administrativa
- Obras de infraestrutura
- Mobilidade urbana



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

- Alvará na hora
- Gestão e Modernização Administrativa
- Regulação urbana digital
- Fortalecimento da gestão e do planejamento urbano
- Contagem para o futuro
- Contagem é Meu Lar

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Atração de investimentos e promoção da competitividade
- Gestão e Modernização Administrativa

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA

- Atendimento ao trabalhador
- Gestão e Modernização Administrativa
- Geração de emprego, trabalho, renda e qualificação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- Servidor em foco
- Gestão e Modernização Administrativa
- Sistemas informatizados de gestão de programa de estágio e agendamento de férias
- Modernização e profissionalização do serviço público
- Estrutura Física e Tecnológica do DEGP
- Gestão Previdenciária

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

- Programa Municipal de educação fiscal
- Gestão e Modernização Administrativa
- Modernização da administração fazendária
- Modernização e Profissionalização do serviço Público
- Recuperação de ativos – Securitização/FECON

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

- Gestão e Modernização Administrativa
- Gestão dos dados espaciais do município
- Modernização do parque tecnológico da administração pública
- Governança, gestão e manutenção da infraestrutura de TI na administração municipal
- Modernização e inovação da gestão municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

- Comunicação e publicidade institucional
- Gestão e Modernização Administrativa
- Promoção e Apoio a Eventos

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- Gestão do fundo da procuradoria geral
- Gestão e Modernização Administrativa

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- Governo Aberto
- Gestão e Modernização Administrativa

TRANSCON – AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE CONTAGEM

- Contagem conectada
- Gestão e Modernização Administrativa
- Contagem interligada
- Gestão do sistema viário e trânsito de Contagem
- Sistema integrado de mobilidade – SIM

FUNEC – FUNDAÇÃO DE ENSINO DE CONTAGEM

- Gestão de ensino da FUNEC
- Gestão e Modernização Administrativa

CÂMARA MUNICIPAL

- Apoio às ações do poder legislativo

GABINETE DO PREFEITO

- Contagem livre das drogas
- Gestão e Modernização Administrativa
- Agente Cidadão

VII - PROGRAMAS DIRECIONADOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

CÓDIGO DOS PROGRAMAS DIRECIONADOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	PROGRAMA - 2018/2021	ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE
0030	Cidade Nota 10	Não exclusivo
0029	Gestão e operacionalização da política educacional	Não exclusivo
0037	Gestão de Ensino da FUNEC	Não exclusivo
0070	Promoção e proteção de políticas para a criança e adolescente	Exclusivo
0071	Programa de segurança alimentar, nutricional e abastecimento	Não exclusivo
0077	Plataforma de esportes em Contagem	Não exclusivo
0006	Proteção e defesa civil	Não exclusivo
0009	Prevenção à violência e ao uso abusivo de álcool e outras drogas	Não exclusivo
0023	Plantando ideias	Não exclusivo
0056	Contagem livre das drogas	Não exclusivo
0038	Cuidar de Contagem	Não exclusivo
0044	SUS alerta: A Vigilância em Saúde dinâmica e resolutiva	Não exclusivo
0040	Desenvolvimento da atenção ambulatorial básica e especializada em saúde	Não exclusivo
0069	Gestão do SUAS	Não exclusivo
0072	Proteção Social Básica e Especial, Inclusão Produtiva e Integração ao Mundo do Trabalho	Não exclusivo